
A Culpa é da Chuva? Análise de *Accountability* na cobertura da enxurrada de Paragominas-PA na TV Liberal¹

Suzana MAGALHÃES²

Danila CAL³

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Resumo

O objetivo do artigo é analisar como ocorreu o processo de *accountability* e compreender as etapas envolvidas no processo de prestação de contas e respostas de representantes e representados através da mídia, na cobertura do caso da enxurrada de Paragominas realizada pela TV Liberal. Como referencial teórico, parte-se da compreensão dos processos de *accountability* (PRITCHARD, 2000 apud MAIA, 2006), *accountability* e mídia (ARATO, 2001; MAIA, 2006, 2008), questões sobre TV e jornalismo (CASTRO, 2012, 2012; SODRÉ, 2001, 2014; VELOSO, 2009), questões sobre Paragominas (FERNANDES, 2011) e metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Os resultados permitiram interpretar o processo de *accountability* ocorrido nos telejornais, bem como a compreensão de quem foi apontado como culpado pela enxurrada.

Palavras-chave: *accountability*; telejornalismo; análise de conteúdo; Paragominas; meio ambiente;

Introdução

Na noite do dia 11 de abril de 2018 e na madrugada do dia 12, o município de Paragominas, no estado do Pará, registrou um intenso volume de chuvas. Em poucas horas, uma enxurrada tomou conta de alguns bairros e, durante o ocorrido, represas irregulares de fazendas se romperam. Nos dias seguintes, em Belém, mutirões foram criados espontaneamente por cidadãos comuns para ajudar os moradores que haviam perdido todos os seus bens materiais⁴.

Após o ocorrido, durante o mês de abril, a imprensa local realizou uma cobertura jornalística do acontecimento que, desde então, desdobrou-se em busca por informações sobre pessoas desabrigadas, situação da cidade, previsão do tempo e mobilização dos cidadãos.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, PPGCom-UFPA, Professora Substituta da Faculdade de Comunicação-UFPA, e-mail: serrao.suzana@gmail.com

³ Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará, e-mail: danilagentilcal@gmail.com

⁴ Disponível em: <<http://www.orm.com.br/noticias/para/MTkwNDE=/Duas-mortes-sao-confirmadas-apos-alagamentos-em-Paragominas>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

Contudo, este evento amplamente alardeado por diversas emissoras locais de TV, não trouxe de imediato informações precisas sobre as causas e a responsabilização pelos danos causados às vidas e aos bens materiais da população. É deste cenário de incômodo acerca da corbetura jornalística realizada pela TV Liberal, afiliada da Rede Globo⁵, que este trabalho parte para compreender como se deu o processo de *accountability* em sua cobertura, trazendo dados sobre quem ela convocou para prestar contas e compreendendo a quem ela atribuiu culpa pelos acontecimentos.

Para responder a este problema, divide-se o trabalho em quatro partes. A primeira, traz um debate sobre os conceitos de deliberação pública, *accountability* e mídia (ARATO, 2002; MAIA, 2006, 2008; PRITCHARD, 2000 apud MAIA, 2006), e televisão e jornalismo (CASTRO, 2012, 2012; SODRÉ, 2001, 2014; VELOSO, 2009), com o objetivo de compreender como se configura a *accountability*, qual a importância da mídia para os cidadãos e agentes públicos como espaço de trocas públicas de argumentos e para lançar um olhar crítico sobre como se configuram a TV e o jornalismo. A segunda parte traz um breve histórico ambiental e social do município de Paragominas, para fazer um contraponto com a situação atual da localidade (FERNANDES, 2011). A terceira traz uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977) para levantar os dados da cobertura realizada pela TV Liberal, como quantidade de matérias, fontes, tempo, período de veiculação e conteúdo apresentado, com vistas a fornecer informações para ilustrar os conceitos apresentados na primeira parte e responder às questões levantadas. A última parte, trata das considerações finais e resultados encontrados durante o percurso de análises.

Questões de *Accountability*, Mídia, TV e Jornalismo

A TV aberta, por estar presente na esfera midiática e que tem ampla visibilidade, utiliza-se de formatos de deliberação dentro de seus programas para promover o debate público, gerar agendamento de assuntos e suscitar ações e movimentações sociais. Os cidadãos por estarem em interações diversas e terem suas vidas entremeadas pela mídia, através dos avanços das novas tecnologias de comunicação, também são mídia, emitem sua narrativa pessoal e tem o poder de pautar acontecimentos (SODRÉ, 2014, p. 131-132).

⁵ “O grupo ORM começou a operar em 1966, quando o comerciante Rômulo Maiorana adquiriu o jornal O Liberal, criado em 1945 como um veículo de propaganda do Partido Liberal. (...) Ao longo dos anos 1970 foram criadas as rádios Liberal AM e Liberal FM e a TV Liberal, em 1977, que se tornou afiliada da Rede Globo”. (CASTRO, 2012, p. 155)

De forma simplificada, por deliberação compreende-se um processo de troca mútua de argumentos em um dado diálogo e contexto, que visa o alcance de soluções, mesmo em situações de conflitos (MAIA, 2008, p. 16). Na mídia, esta troca mútua de argumentos se dá de forma pública e pode ser realizada em diferentes modalidades, através de debates, como reivindicações de direitos, esclarecimentos sobre decisões políticas, mudanças de normas, questões polêmicas dentro de um contexto social e diversos outros, como também “mecanismos de *accountability*, pelos quais os responsáveis e os representantes políticos são instados a prestar contas, em público, de suas ações ou inações”. (MAIA, 2008, p. 19).

Arato (2002, p. 91) compreende *accountability* como a relação de responsividade que representados estabelecem com seus representantes, como a busca por clareza de suas ações, ao passo em que estas ações gerem responsabilização, punições e/ou recompensas aos representantes. Ainda segundo o autor:

Accountability política é um princípio importante que pode ajudar a dar sentido à noção de soberania popular num regime de democracia representativa. Mas, se a considerarmos como o único princípio importante colocamos em risco a própria *accountability*. No nível do modelo institucional *accountability* deve ser complementada por instituições de deliberação, constitucionalismo e representatividade descritiva (ARATO, 2002, p. 103).

A TV é um ambiente de deliberação mediada. Gomes (2008 apud MAIA, 2008, p. 8) destaca que pouco se estudou sobre como a deliberação funciona em termos práticos e concretos nos meios de comunicação e aponta que “os meios, os agentes e os recursos da comunicação de massa se tornaram peritos na visibilidade pública”. E esta questão da visibilidade se materializa ao se verificar como funciona o processo de *accountability* no ambiente mediado.

De acordo com Pritchard (2000 apud MAIA, 2006, p. 13-14), a *accountability* se processa em três etapas: “nomear algo como um problema”, “apurar responsabilidades, identificando os responsáveis pela falha cometida” e “aplicação formal de punição ou a exigência de retratação”. Dentro deste processo, podemos inserir a mídia como um agente que publiciza acontecimentos e, o jornalismo, especificamente, atua para apurar as causas, convocando diversas fontes para esclarecer seus papéis e pontos de vista. Já os agentes públicos utilizam o jornalismo para realizar devolutivas à população, através de notas oficiais, comunicados e entrevistas acerca de situações e problemas que ocorrem nas

localidades. À mídia, não cabe a aplicação formal de punição, mas tem um forte papel de monitorar e gerar informações (MAIA, 2006, p. 18; ARATO, 2002, p. 101), facilitando a visibilidade e a relação entre públicos e o poder público, que contribui para o processo como um todo.

Maia (2006, p. 2) reforça que o jornalismo tem sido visto como um importante ator para manter o governo em dia com a prestação de contas com a sociedade. Porém, esta prestação de contas mediada nem sempre é transparente, pois questões de poder entre instituições permeiam os bastidores da mídia, arquitetam o jogo de atores dentro dela e posicionam estrategicamente os assuntos. Isto também é destacado por Maia (2006, p. 7), quando a autora compreende que os meios de comunicação são controlados por organizações, em que os sentidos são construídos de acordo com o seu próprio modo de operacionalização. E também nos lembra Sodré (2001, p. 21), ao falar especificamente da televisão, que “A ideologia não está no que ela diz, não está nos conteúdos, mas nessa forma capitalista mercadológica que os conteúdos assumem. Portanto, o essencial da televisão é a maneira como ela organiza e como se organiza”.

E isto coincide com o perfil da TV Liberal. Analisando-a brevemente, verifica-se que é uma emissora com influência de poder permeada por interesses políticos-partidários. É comandada por uma família tradicional da cidade de Belém, no Pará, e concorrente da Rede Brasil Amazônia (RBA), comandada pela família de Jader Barbalho. Cada emissora detém também emissoras de rádio e jornal impresso, que são os maiores do estado do Pará, sendo a TV Liberal líder em audiência local (VELOSO, 2009, p. 52). Sobre este poderio e jogos de interesses, Castro (2012, p. 155) destaca um convênio que a TV Liberal possuía com a Fundação Paraense de Radiodifusão – Funtelpa, no período de nove anos do governo PSDB-DEM, em que a fundação pública pagou à emissora privada R\$30 milhões para que a TV Liberal utilizasse a sua infraestrutura de telecomunicação no interior do estado.

É importante levantar este tipo de histórico, pois, conforme mencionado anteriormente, a TV não é um espaço isento de interesses. E sendo permeada por diversas finalidades, que não somente o caráter provedor de informações imparciais, é arquitetada para refletir tais interesses, poderio e soberania. Mesmo assim, não descarta-se aqui a importância do jornalismo para com a *accountability*, a qual os governos democráticos estão submetidos. A *accountability* é um processo que faz parte deste jogo, desta arquitetura, e se desdobra conforme necessidades e interesses das instituições envolvidas.

Paragominas: Contexto Ambiental e Social

Segundo o Boletim Agroclimatológico divulgado pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET³, as chuvas no mês de abril na região norte tiveram um registro de ligeiramente acima a acima do normal climatológico. No documento há um destaque de fortes chuvas no município de Paragominas no dia 12 de abril de 2018, coincidindo com o dia em que ocorreu a enxurrada.

No início de abril, Paragominas foi noticiada na TV Liberal nos programas Jornal Liberal 2ª edição (JL2) e jornal matinal Bom dia Pará (BDP). O motivo foram as fortes chuvas que atingiram o município no dia 04 de abril de 2018. A primeira matéria saiu no JL2, no mesmo dia, à noite, com o título “Moradores de Paragominas sofrem com forte chuva que atingiu município”. Nos dias seguintes, três matérias foram veiculadas no BDP: no dia 05 de abril, “Duas horas de chuvas deixaram as ruas de Paragominas alagadas”⁶, no dia 06 “Buracos, lixo e alagamentos fazem parte da rotina de moradores de rua de Paragominas”⁷, e no dia 09 “Rodovia PA 256 em Paragominas é interditada pela polícia por conta de uma cratera”⁸. As matérias apresentavam imagens das ruas alagadas e entrevistas de moradores que relataram a situação. Importante destacar que todas as ruas mostradas no vídeo não possuíam pavimentação com asfalto ou concreto.

Fundada em 1965 e a 320 km de Belém, capital do estado do Pará, Paragominas seguiu o modelo de muitas cidades na Amazônia: cresceu às margens da rodovia Belém-Brasília. Na década de 1990, a exploração da madeira e a criação de bovinos despontaram como importantes atividades da economia local. O setor madeireiro veio a declinar no final da mesma década por conta da degradação ambiental. No período, despontaram a produção de grãos e a indústria da mineração, como alternativa ao declínio da economia madeireira. O setor carvoeiro também cresceu no fim de 1990 e início de 2000 e em 2008, a pecuária ocupava 80% da área desmatada de Paragominas (FERNANDES, 2011, p. 39-45).

Há pouco mais de 10 anos, era o município que estava na lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como um dos maiores desmatadores do país⁹. O Decreto 6.321,

⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/bom-dia-para/videos/t/edicoes/v/duas-horas-de-chuvas-deixaram-as-ruas-de-paragominas-alagadas/6637562/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/bom-dia-para/videos/t/edicoes/v/buracos-lixo-e-alagamentos-fazem-parte-da-rotina-de-moradores-de-rua-de-paragominas/6640525/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/bom-dia-para/videos/t/edicoes/v/rodovia-pa-256-em-paragominas-e-interditada-pela-policia-por-conta-de-uma-cratera/6646909/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

⁹ Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/reportagens/28764-a-historia-do-municipio-que-saiu-da-lista-negra-dos-maiores-desmatadores/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

de 21 de dezembro de 2017, que estabeleceu ações preventivas de uso do solo para monitorar e controlar o desmatamento ilegal no Bioma Amazônia, passou para os municípios a obrigação de manter os níveis de desmatamento abaixo dos limites estabelecidos pelo MMA¹⁰. Com este decreto, os produtores rurais em áreas embargadas não poderiam ter acesso à crédito rural e o município passou a sofrer uma crise econômica.

Para sair da lista e superar a crise, o município deveria reduzir sua taxa de desmatamento para abaixo de 40 km² por ano e ter 80% das propriedades privadas incluídas no Cadastro Ambiental Rural (CAR)¹¹. A reviravolta veio em 2011, quando o município alcançou as metas, em conjunto com a sociedade civil organizada, e foi o primeiro município do Pará a entrar para a lista de Municípios Verdes do Governo do Estado do Pará¹². Dessa forma, Paragominas passou a ser considerada “Município Verde” e teve este acontecimento fortemente noticiado pela mídia.

Se a construção de estratégias para a redução do desmatamento em Paragominas funcionaram para retirá-lo da lista do MMA e torná-la um “Município Verde”, questões sociais continuam mal resolvidas. Segundo o IBGE, com uma população estimada em 110.026 pessoas, a mortalidade infantil é de 17,42 (em 2010) óbitos por mil nascidos vivos, contra 15,38 (em 2010) da capital Belém e 13,80 (em 2015) do índice nacional¹³. O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)¹⁴, é de 0,645 (em 2010) em Paragominas, considerado médio, enquanto que em Belém é de 0,746 (em 2010), considerado alto. No quesito Território e Ambiente, Paragominas tem 12,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, contra 67,9% de Belém, 12,9% de arborização de vias públicas, contra 22,3% de Belém, e apenas 5,1% de domicílios

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6321.htm>. Acesso em: 04 jul. 2018.

¹¹ O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico criado pelo governo federal para registrar imóveis rurais e formar uma base de dados estratégica, para monitorar e combater o desmatamento. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/cadastro-ambiental-rural>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

¹² O Programa Municípios Verdes (PMV) foi criado pelo Governo do Pará em 2011, com o objetivo de combater o desmatamento no Estado. Com o atendimento das metas ambientais, os municípios podem se beneficiar de “desembargo ambiental, incentivos fiscais, capacitações, estruturação das secretarias, realização de CAR”, entre outras vantagens. Disponível em: <<http://www.municipiosverdes.pa.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

¹³ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novportal/por-cidade-estado-estatisticas.html>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

¹⁴ O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é uma adaptação do índice de desenvolvimento humano global (IDH), criado em 2012 pelo PNUD, Ipea e Fundação João Pinheiro. A metodologia leva em consideração os três eixos do IDH Global, longevidade, educação e renda, de acordo com os últimos três Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010. Possibilita uma comparação entre municípios e pode ser um facilitador para a formulação de políticas públicas em nível municipal. O IDHM é uma escala de 0 a 1, de menor a maior desenvolvimento humano, sendo 0 a 0,499 muito baixo, 0,500 a 0,599 baixo, 0,600 a 0,699 médio, 0,700 a 0,799 alto e 0,800 a 1 muito alto. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio fio), contra 36,1% de Belém, ocupando, assim, a 3465ª posição no ranking nacional (de 5570 municípios)¹⁵.

Para tentar superar algumas questões, associações de bairros foram formadas na década de 1990 por incentivo do poder público municipal para convergir os moradores e suas demandas. As associações existem até hoje e as mais ativas costumam realizar reuniões para discutir os problemas dos bairros e encaminhar as demandas para a administração pública, funcionando como um canal direto entre população e poder público (FERNANDES, 2011, p. 59).

Nas pesquisas sobre Paragominas, encontrou-se uma série de informações sobre o Município Verde e a questão do desmatamento, projetos e esforços para atender aos anseios ambientais e rurais, porém, não encontrou-se projetos específicos voltados para as questões sócio-econômicas. Sendo assim, através dos dados do IBGE, percebe-se que Paragominas tem deficiências nestes quesitos. A falta de urbanização adequada em 94,9% do município é um sinalizador de que políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano e humano faz-se necessário e evidencia como cidade e população estão suscetíveis aos impactos de problemas sociais, econômicos e ambientais que venham a ocorrer.

Metodologia de Análise de *Accountability* na Cobertura da enxurrada de Paragominas

A metodologia deste trabalho será a análise de conteúdo, já que este método é eficiente para analisar mensagens, categoriza-las de forma pragmática e gerar dados para interpretação. A análise de conteúdo divide-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A fase de pré-análise, que é a etapa de organização das ideias, está dividida em três sub-etapas: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final” (BARDIN, 1977, p. 95). Em seguida, tem-se a fase de exploração do material, que tem o objetivo de analisar o *corpus* e codificar e enumerar os indicadores e categorias. Por fim, elabora-se a

¹⁵ Dados de Belém, Paragominas e comparativo nacional disponíveis em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/paragominas/panorama>> e <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

interpretação através do tratamento dos resultados obtidos para inferi-los de acordo com os objetivos traçados (BARDIN, 1977, p. 101).

Assim, na fase de pré-análise do presente trabalho, os documentos serão todas as matérias que tratam da enxurrada de Paragominas, veiculadas na TV Liberal pelos jornal matinal Bom dia Pará (BDP), pelo jornal do meio dia, Jornal Liberal 1ª edição e pelo jornal da noite, Jornal Liberal 2ª edição, entre o dia do acontecimento, 11 de abril de 2018, até o fim do mês de junho do mesmo ano. A pesquisa foi realizada no site G1 Pará, que é o portal de notícias da Globo para a região do Pará e também funciona como repositório de todas as matérias. Buscou-se pela palavra-chave “Paragominas” no buscador do portal e o resultado foi o *corpus* de 14 vídeos que tratavam especificamente sobre a enxurrada de Paragominas, sendo 6 do BDP, 5 do JL1 e 3 do JL2.

Para direcionar a análise, parte-se da hipótese que a cobertura realizada pelo jornalismo da TV Liberal atribuiu a culpa da enxurrada de Paragominas às fortes chuvas e deixou de convocar fontes responsáveis pelos problemas causados para prestar contas à população. Dessa forma, o objetivo é verificar como se deu o processo de *accountability* na cobertura e comprovar se a culpa foi atribuída aos fenômenos naturais.

Ao fim da pré-análise e exploração do material, criou-se uma ficha para classificar as matérias jornalísticas e coletar os dados. Esta ficha foi aplicada para cada uma das 14 matérias levantadas no *corpus* e está dividida conforme as etapas do processo de *accountability* (PRITCHARD 2000 apud MAIA, 2006, p. 13-14). As categorias foram personalizadas de acordo com o objetivo e a problemática do trabalho.

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE <i>ACCOUNTABILITY</i> EM TELEJORNALISMO	
Telejornal:	
Título:	
Turno:	
Nº da matéria:	
Data de veiculação:	
Duração: 00:00:00	
Link para a matéria:	
1. Nomear algo como um problema	
1.1 Objetivo da matéria	<input type="checkbox"/> Denúncia <input type="checkbox"/> Desastre <input type="checkbox"/> Prestação de contas <input type="checkbox"/> Mobilização de cidadãos (doações, coletas, mutirões, etc.)
2. Apurar responsabilidades, identificando os responsáveis pela falha cometida	
2.1 Quantidade de fontes	<input type="checkbox"/>

2.2 Atribuição de culpa pela pelos telejornais	<input type="checkbox"/> Chuva, aguaceiro, temporal, fenômenos naturais, situação meteorológica <input type="checkbox"/> Órgãos públicos <input type="checkbox"/> Proprietários de imóveis rurais <input type="checkbox"/> Represas/Barragens
2.2 Tipos de Fontes	Teor da prestação de contas
2.3.1 Órgãos públicos municipais:	<input type="checkbox"/> Relato <input type="checkbox"/> Esclarecimentos <input type="checkbox"/> Responsabilização <input type="checkbox"/> Atendimento à população <input type="checkbox"/> Reivindicação de direitos
2.3.2 Órgãos públicos estaduais:	<input type="checkbox"/> Relato <input type="checkbox"/> Esclarecimentos <input type="checkbox"/> Responsabilização <input type="checkbox"/> Atendimento à população <input type="checkbox"/> Reivindicação de direitos
2.3.3 Órgãos públicos federais:	<input type="checkbox"/> Relato <input type="checkbox"/> Esclarecimentos <input type="checkbox"/> Responsabilização <input type="checkbox"/> Atendimento à população <input type="checkbox"/> Reivindicação de direitos
2.3.4 População atingida:	<input type="checkbox"/> Relato <input type="checkbox"/> Esclarecimentos <input type="checkbox"/> Responsabilização <input type="checkbox"/> Atendimento à população <input type="checkbox"/> Reivindicação de direitos
2.3.5 Proprietários de imóveis rurais:	<input type="checkbox"/> Relato <input type="checkbox"/> Esclarecimentos <input type="checkbox"/> Responsabilização <input type="checkbox"/> Atendimento à população <input type="checkbox"/> Reivindicação de direitos
2.3.6 Cidadãos mobilizados	<input type="checkbox"/> Relato <input type="checkbox"/> Esclarecimentos <input type="checkbox"/> Responsabilização <input type="checkbox"/> Atendimento à população <input type="checkbox"/> Reivindicação de direitos
3. Aplicação formal de punição ou a exigência de retratação	
3.1 Ocorrência de Julgamento	Relatos das fontes envolvidas

Fonte: Elaborada pela autora

Interpretação e Inferências: Resultados da Análise de *Accountability* na Cobertura Telejornalística da TV Liberal

Após a aplicação do formulário, chegou-se aos resultados quantitativos. Observou-se que não houve cobertura no dia do evento, 11, pois a enxurrada ocorreu no fim da noite, após veiculação dos jornais. Nos dias 12 e 13 houve a veiculação de 6

matérias, 3 em cada dia. Nos dias 14 e 16 foram veiculadas 4 matérias, 2 em cada dia, e no dia 15, domingo, não ocorreu nenhuma reportagem, pois é o dia da semana em que não há apresentação dos programas. A cobertura seguiu nos dias 16, 17, 18 e 19, somente com 1 matéria por dia. Dos dias 20 a 23 não houve nenhuma matéria e a cobertura finalizou no dia 24, apenas com a veiculação de 1 notícia. Não foram localizadas matérias nos meses seguintes, maio e junho.

No quesito duração, 2 matérias duraram até 2 minutos, 8 matérias duraram de 2 até 5 minutos, 2 matérias duraram de 5 a 10 minutos e 2 matérias duraram de 10 a 20 minutos. As matérias acima de 5 minutos ocorreram nos 2 primeiros dias da enxurrada e, nos dias seguintes até o final da cobertura, as matérias duraram menos de 5 minutos.

Assim, fazendo uma intersecção entre a quantidade e a duração das matérias por dia, pode-se inferir que a maior parte da cobertura ocorreu nos dois dias seguintes após a enxurrada, com maior tempo para esclarecimentos, depoimentos e relatos das fontes.

No item 1, nomeação do problema, do total de 14 matérias, 11 tratavam de prestação de contas à população. Todas as matérias possuíam mais de um objetivo. Assim, constatou-se que das 14, 4 tratavam também de denúncia, 9 desastre e 9 de mobilização de cidadãos.

No item 2, concluiu-se que 33 fontes foram consultadas durante toda a cobertura, sendo 2 de órgãos públicos municipais, 6 de órgãos públicos estaduais, 3 de órgãos públicos federais, 19 moradores atingidos e 3 cidadãos mobilizados. Entretanto, proprietários de imóveis rurais, envolvidos nos rompimentos das barragens, não foram convocados para prestar contas.

A quantidade de fontes convocadas diminuiu com o decorrer da cobertura. 9 fontes foram consultadas no dia 12, 18 fontes foram consultadas no dia 13, 6 foram consultadas no dia 14, 1 foi consultada no dia 16, 1 no dia 17, 1 no dia 18, 5 no dia 19 e 1 no dia 24. No dia 19 ocorreu uma coletiva de imprensa para apurar as responsabilidades e, portanto, foi o único dia após os primeiros dias da cobertura em que houve um número expressivo de fontes consultadas.

Pode-se inferir, a partir da ficha aplicada às matérias, também questões qualitativas. Ainda no item 2, buscou-se verificar a quem os telejornais atribuíram a culpa. Em todas as 14 matérias, a culpa foi atribuída às fortes chuvas, também tratadas como “aguaceiro”, “temporal”, “fenômenos naturais” e “situação meteorológica”. Dessa forma,

não houve um cuidado em, primeiro caso, levantar as outras possíveis causas que poderiam ter influenciado a enxurrada. A responsabilização também foi direcionada às represas ou barragens, fazendeiros e órgãos públicos, mas, nestes casos, não foram culpabilizadas pela TV e, sim, pelas diversas fontes envolvidas na cobertura.

Para analisar os itens 2 e 3 do formulário de maneira mais aprofundada, “tipos de fontes”, “teor da prestação de contas” e “aplicação formal de punição ou a exigência de retratação”, selecionou-se alguns trechos de relatos que foram coletados durante a análise de todo o material e prosegue-se, assim, com a análise qualitativa.

A primeira matéria da cobertura foi veiculada no BDP, no dia 12, e teve uma conotação de desastre, trazendo informações sobre as fortes chuvas e os impactos causados na cidade, como o rompimento de rodovia, inundação de casas e estabelecimentos comerciais, famílias desabrigadas e, também, informações de atendimento à população, como o apoio da equipe do Corpo de Bombeiros. A matéria de 1 minuto e 22 segundos não trouxe fontes para prestar esclarecimentos e estava inserida no quadro Previsão do Tempo. O formato desta primeira matéria vai ao encontro da primeira fase que inicia o processo de *accountability*, que nomeia a situação como um problema.

Maia (2006, p. 13) diz que quando alguém define uma situação como algo “impróprio, errado ou indesejável”, diferentes vozes tentam explicar, justificar e reverter a interpretação sobre o acontecimento. Assim, fontes de órgãos públicos começaram a prestar alguns esclarecimentos e trataram de responsabilizar atores envolvidos nas causas, indicando possíveis falhas cometidas de fiscalização ambiental.

Nas duas reportagens seguintes, que foram ao ar ainda no dia 12, uma no JL1 e outra no JL2, participaram como fontes o prefeito da cidade de Paragominas, 1 especialista em meteorologia do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), 4 moradores atingidos pela enxurrada e 1 cidadão mobilizado para apoiar os moradores desabrigados. Segundo Maia (2006, p. 14), “o jornalismo investigativo quebra o silêncio oficial sobre questões problemáticas e obriga as partes envolvidas a se expressarem”. Assim, no JL2, foi falado pela primeira vez, pelo repórter Hemerson Sodré, que o prefeito e o comandante do Corpo de Bombeiros haviam sobrevoado a cidade e constataram rompimentos de barragens em fazendas da região. Surgem, então, as primeiras pistas de apuração de responsáveis, para tentar identificar os atores envolvidos e aplicar formalmente a punição.

Porém, apesar do espaço de prestação de contas dado pelo jornal, o prefeito não reforçou o que havia sido dito pelo repórter e nem colaborou com novas informações acerca das causas da enxurrada. Trouxe apenas breves e superficiais esclarecimentos sobre a ação da prefeitura e os serviços de atendimento à população.

[Prefeito Paulo Tocantins]: Por ter sido decretado um estado de calamidade, é lógico que algumas ações da prefeitura serão mais ágeis, serão mais fáceis, não só na assistência e no abrigamento dessas pessoas de imediato, já, agora, na alimentação e doações que estão sendo feitas, mas também no realocamento para essas moradias que estão vazias, a gente sabe, e poderão ser ocupadas por essas famílias. (G1 Pará, 12/04/2018)¹⁶

No dia 13, segundo dia após o acontecimento, 3 reportagens foram ao ar, uma em cada jornal. Seguindo o pressuposto do aparecimento de vozes para tentar reverter a situação, 19 fontes foram ouvidas ao total, sendo que algumas se repetiram do dia anterior, como a fala de 1 morador que relata a morte do sobrinho na enxurrada, especialistas do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e a do prefeito. Novos esclarecimentos e responsabilizações começaram a emergir.

A Secretaria de Meio Ambiente de Paragominas se posicionou e relatou que estava identificando as fazendas onde as represas se romperam, com o intuito de multar os produtores rurais. O Ministério Público do Estado do Pará abriu um inquérito para apurar a situação, conforme o relato do repórter Fabiano Vilela, no decorrer da matéria do JL2:

[Repórter Fabiano Vilela]: O Ministério Público do Pará abriu inquérito para investigar a construção de pelo menos 5 represas na cidade e se houve omissão dos órgãos de fiscalização. Os promotores aguardam os resultados das perícias nas fazendas para apurar as responsabilidades. (G1 Pará, 13/04/2018)¹⁷.

Até então, nenhum morador atingido pela enxurrada havia pedido prestação de contas. Isso se reverteu quando, na mesma reportagem do JL2, o relato do morador Domingos Borges, denominado como “desempregado”, perdeu a sua casa na enxurrada e reivindicou ajuda e posicionamento, conforme a sua fala:

¹⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-2edicao/videos/t/edicoes/v/duas-criancas-morrem-em-paragominas-vitimas-da-enxurrada-que-atingiu-a-cidade-na-madrugada/6658119/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

¹⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-2edicao/videos/t/edicoes/v/mp-investiga-se-rompimento-de-represas-pode-ter-agravado-inundacoes-em-paragominas/6661289/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

[Domingos Borges]: Eu tô desempregado há dois anos entendeu? Eu tava vivendo da ajuda dos meus amigos, da minha família, dos meus cunhados, essas coisas. E agora, como é que eu vou viver?

Entretanto, apesar de novos posicionamentos terem surgido, como o do Ministério Público e o da população, os agentes públicos - prefeito e a Secretaria de Meio Ambiente de Paragominas - não se manifestaram em relação ao inquérito. Sobre a situação de moradia da população, os órgãos públicos direcionaram que a população atingida procurasse os abrigos criados pela prefeitura.

No dia 16, a Prefeitura, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e o Ministério Público tiveram suas ações citadas. Na matéria, é apresentado que aos poucos a rotina das pessoas estava voltando ao normal e que os órgãos públicos estavam fazendo reparos na cidade, bem como ainda tirando pessoas das casas em situação de risco. Na reportagem foi ainda relatado que um levantamento estava sendo realizado na cidade para identificar as necessidades da população e atender os desabrigados. Ao fim, trouxe informações de que 5 barragens agravaram os alagamentos e que duas propriedades já haviam sido multadas pelo município.

Começa-se a verificar que a terceira fase de *accountability* fica mais clara, quando da aplicação formal de punição. No dia 19, em que foi veiculada a reportagem intitulada “Após uma semana famílias ainda não foram retiradas das áreas de risco em Paragominas”, apresentaram-se números mais concretos sobre a quantidade de casas atingidas, pessoas desabrigadas, número de mortes e convocou-se 3 fontes de órgãos públicos. Nesta reportagem, posicionou-se o prefeito, a Defesa Civil e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA-PA), conforme trechos descritos.

[Prefeito Paulo Tocantins]: a gente não pode ficar omissos a isso e não, né, não buscar... Duas coisas, primeiro a responsabilização dos proprietários, que não tenham dado causa propositalmente, mas né, a responsabilização ela não deixa de existir. E segundo é o cuidado pra que não aconteça novamente.

[Comandante da Defesa Civil Marcelo Santos]: as barragens, tanto naturais, quanto aquelas que foram construídas elas têm influência, não deram causa, mas elas têm influência assim como todas as outras situações de risco que ocorre.

[CREA-PA]: em nota, o CREA, informou que não há qualquer registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), das barragens construídas na cidade, obrigatória para qualquer tipo de obra.

Por fim, no dia 24, a última matéria foi veiculada pela emissora e trouxe novamente informações sobre a abertura de investigação pelo Ministério Público, com o

objetivo de verificar se os donos de fazendas e os órgãos públicos poderiam ter responsabilidade criminal, através de perícias que seriam realizadas em caráter de urgência, para verificar a relação entre o rompimento de represas e os alagamentos e impactos causados na vida da população e da cidade.

Considerações Finais

Como problemática inicial deste trabalho, buscou-se analisar como funcionou o processo de *accountability* na cobertura da TV Liberal acerca das enxurradas de Paragominas e compreender a quem ela atribuiu culpa pelo acontecimento. Apresentou-se, aqui, dados sobre a convocação de fontes para detalhar este processo, bem como informações gerais sobre como se desenrolou a cobertura no decorrer do tempo.

Considera-se que as etapas de *accountability* estiveram presentes na cobertura, porém, as matérias não apuraram com clareza os responsáveis pela inundações e destruições causadas à população e à cidade. Deu-se um amplo espaço para a população relatar suas experiências diante do acontecimento, evidenciando de forma dramática a situação, visto que das 33 fontes, 19 eram moradores atingidos pela enxurrada, contra 11 de órgãos públicos.

O que torna o processo de *accountability* falho na cobertura, também, é a falta de espaço para que proprietários de imóveis rurais prestassem contas sobre o rompimento de represas irregulares que agravaram a enxurrada. Isto suscita dúvidas e não torna o processo transparente, abrindo-o para interpretações, como se houvesse algum jogo de interesses entre TV e Prefeitura para que esta temática não colocasse em risco a boa imagem da gestão ambiental do município, presente na alcunha de “Município Verde”.

Também, a não continuidade da cobertura para acompanhar o andamento da investigação aberta pelo Ministério Público, encerrando o assunto sem que se os problemas tenham sido julgados de fato, é um indicativo de que o processo de *accountability* não se processou de forma eficiente.

Por fim, concluiu-se, também, que a cobertura culpou as chuvas em todas as matérias como responsável pelas inundações na cidade, mesmo sendo dito que no processo de *accountability* não cabe à mídia atribuir culpa. Dessa forma, evidenciou-se de forma dramática a culpa de perdas de vidas e de mudanças nas rotinas dos moradores aos fenômenos naturais e silenciou outros atores envolvidos no caso.

Referências

ARATO, Andrew. Representação, soberania popular e *accountability*. **Lua Nova**, São Paulo, v. n. 55-56, p. 85-103, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a04n5556>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CASTRO, Fabio Fonseca de. Comunicação, identidade e TV pública no Pará. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 149-167, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6067067>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

CASTRO, Fabio Fonseca de. Geopolítica da Comunicação na Amazônia. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, ano 33, n. 57, p. 149-169, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewFile/2826/2942>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FERNANDES, R. A. B. **Discursos de sustentabilidade**: o caso Paragominas. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/743>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

GOMES, Wilson. Prefácio. In: MAIA, Rousiley. C. M. **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MAIA, Rousiley C. M. Mídia e diferentes dimensões de *accountability*. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós**, v. 7, dez. 2006. Disponível em: <<http://e-compos.org.br/e-compos/article/view/113>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MAIA, Rousiley C. M. **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SODRÉ, Muniz. A televisão é uma forma de vida. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, dez. 2001. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3135/0>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SODRÉ, Muniz. Jornalismo como campo de pesquisa. **Brazilian Journalism Research**, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/742>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. Imprensa e contra-hegemonia na Amazônia: o caso do Jornal Pessoal. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 10, n. 21, p. 49-57, jan/abr. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/18459>>. Acesso em: 04 jul. 2018.